

PENSAR: DESAFIOS NA EDUCAÇÃO

Alok na sala de aula: por que a educação precisa de batidas humanas



» RAFAEL PARENTE
PhD em educação pela NYU, diretor-executivo do Instituto Salto e pesquisador do NEES/UFAL. Foi secretário de Educação do DF

Alok, um dos DJs brasileiros mais reconhecidos no mundo, levou sua música ao Coachella, um dos maiores festivais do planeta. Ele vestia uma camiseta que dizia: Keep art human, um chamado para que a arte continue sendo expressão viva da humanidade. A frase simples ressoou como um manifesto: apesar dos avanços tecnológicos, a arte segue sendo um campo da experiência humana. Imperfeita, emotiva, imprevisível e, por isso mesmo, insubstituível.

Essa provocação me fez pensar no quanto a educação, como a arte, precisa preservar sua humanidade. Vivemos uma era em que a inteligência artificial, os algoritmos e as plataformas digitais avançam não só como ferramentas, mas como narrativas. Com elas, vêm a tentação de automatizar demais, quantificar tudo, substituir relações por sistemas e terceirizar o raciocínio. Se a escola sucumbir a essa lógica, pode reproduzir a violência que Paulo Freire denunciava: a redução das pessoas a objetos a serem ajustados.

Mas o que significa, afinal, desumanizar o ensino? É transformar o professor em operador de software, o aluno em número na planilha de desempenho. É tirar da sala de aula o tempo da escuta, da dúvida, do erro e do silêncio criativo. É esquecer

que aprender é a arte do encontro, da emoção e da presença, e que nenhum algoritmo compreende o tremor na voz de uma jovem que declama seu primeiro poema.

Já a educação que toca almas, como a defendida por bell hooks, reconhece e valoriza a complexidade e o talento de cada estudante. Importa-se com o outro e com a coletividade. Acolhe antes de avaliar. Ensina a pensar com empatia, e não só a responder com eficiência. Valoriza o vínculo, a criatividade, o pensamento crítico, a curiosidade e a imaginação.

Não se trata de rejeitar a tecnologia. Ela pode ser aliada na luta por equidade, automatizando tarefas, oferecendo acessibilidade e apoiando quem mais precisa. A IA pode liberar o tempo do educador para que ele se concentre no que a máquina não faz: construir afetos, inspirar, transformar. Mas seu uso exige consciência crítica. Um tutor com IA só humaniza se complementar (não substituir) a interação humana. E se for desenhado com ética, responsabilidade, sensibilidade cultural e intencionalidade pedagógica por pessoas que entendem que algoritmos carregam visões de mundo, muitas vezes excludentes.

A pergunta central é: tecnologia para quê e para quem? Como garantir que inovações ampliem vozes silenciadas, e não aprofundem desigualdades? Como formar professores capazes de usar a IA não para controlar, mas para liberar tempo de escuta ativa e criação de vínculos? E como os estudantes podem desenvolver criticidade e consciência diante dessas transformações?

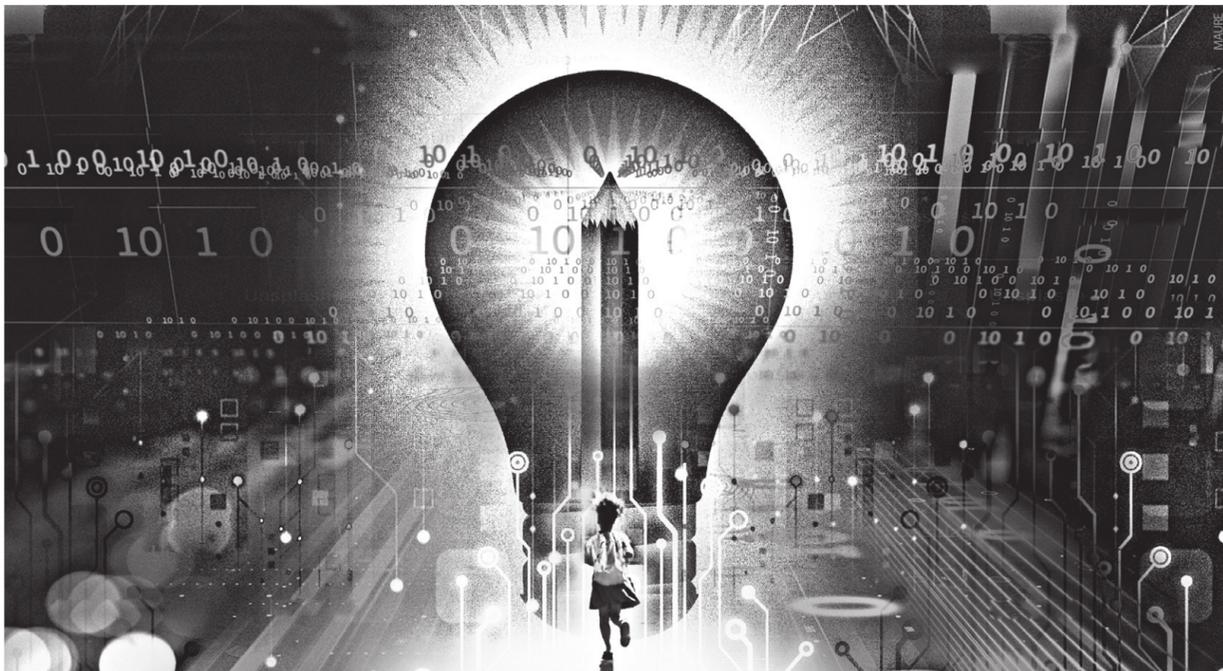
Essas decisões não são neutras. Manter a educação humana é, antes de mais nada, resistir à colonialidade dos algoritmos. Cabe a nós, educadores,

estudantes, gestores, formuladores de políticas públicas e sociedade civil, definir caminhos. Que ferramentas adotar. Como formar os professores do futuro. Que valores priorizar. E que tipo de sala de aula queremos construir.

Volto, então, à imagem inicial. Assim como Alok transformou o palco em um ritual de resistência artística, a educação deve ser o lugar onde tecnologia e humanidade constroem futuros. Onde dados servem à dignidade, não à vigilância. Onde cada aula é um convite à desobediência criativa. Se a IA pode ajudar a escrever um texto quase perfeito, talvez o nosso superpoder na educação deva ser o de cultivar o imperfeito, a incompletude, o que escapa à lógica, a subjetividade das relações. Como o que sentimos com uma conversa olho no olho e que nenhum app registra, ou a firmeza afetiva de uma educadora como Gina Vieira, que nos ensina: “A educação étnico-racial precisa ampliar a nossa forma de pensar, abrindo caminhos para acessar outros saberes — saberes que nos permitem, inclusive, sonhar novos futuros”.

Talvez seja esse o papel mais crítico da educação hoje: ensinar que viver é uma experiência irrepetível, como o choro emocionado de Lady Gaga diante de mais de 2 milhões de pessoas em Copacabana, em um daqueles momentos que só a presença humana é capaz de criar. Nossa humanidade e nossa potência não cabem em linhas de código. E mostrar que existiu, com tudo o que aprendemos, sentimos e sonhamos, é o que nos torna únicos em um mundo que caminha para a homogeneização em padrões.

Esse é o ritmo que não pode parar.
#KeepEducationHuman (ou, em bom português: #EducaçãoComAlma).



Educação: o que conseguimos conquistar e o que ainda não damos conta de enfrentar



» RENATO CASAGRANDE
Presidente do Instituto Casagrande, referências em práticas educativas inovadoras. Pesquisador, palestrante e escritor

Neste 28 de abril, Dia Internacional da Educação, celebramos avanços significativos, mas não podemos silenciar diante das feridas abertas que continuam comprometendo o presente e o futuro da escola brasileira.

Segundo o Censo Escolar 2023, o Brasil atingiu o maior número de matrículas em creches e pré-escolas desde que começou a série histórica. Houve um aumento de mais de 6% nas matrículas em creches públicas, com destaque para os municípios que ampliaram o acesso a tempo integral. Isso representa um passo importante para garantir o direito à educação desde os primeiros anos de vida. A ampliação da oferta é também um indicativo do reconhecimento da importância da primeira infância como base de todo o processo educativo. Com programas como o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e o aumento do acompanhamento individualizado de estudantes nos primeiros anos, muitos estados apontaram melhorias na taxa de alfabetização até o 2º ano.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) 2023 revelou um dado animador: os anos iniciais do ensino fundamental apresentaram crescimento em 21 das 27 unidades federativas, com destaque para os estados do Centro-Oeste,

como Goiás, que alcançaram os maiores índices nacionais. A melhoria nos resultados está diretamente relacionada a ações de fortalecimento da gestão escolar, formação continuada de professores e políticas focadas em aprendizagem de base.

É um sinal de que o investimento nos primeiros anos tem gerado impacto real. Dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FN-DE) mostram que houve, em 2023, a retomada de mais de 3 mil obras paradas em escolas públicas, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. Entre as melhorias, estão reformas em espaços físicos, construção de creches e escolas, ampliação de salas de aula, banheiros e acessibilidade. Além disso, cresceram os investimentos em conectividade, com escolas recebendo internet de alta velocidade, modernização de laboratórios e ambientes pedagógicos mais adequados.

A pandemia impulsionou uma mudança importante: a introdução definitiva das tecnologias no cotidiano escolar. Muitos estados mantiveram plataformas digitais, kits tecnológicos e formação docente em ambientes virtuais, mesmo após o retorno presencial. Programas como o Educar para Conectar e outras iniciativas regionais passaram a integrar inclusão digital, inovação metodológica e personalização da aprendizagem, ampliando o repertório pedagógico e a autonomia do estudante.

Por outro lado, o novo ensino médio ainda caminha com indefinição. Faltam clareza, materiais, formação e conexão com a vida real do estudante. Enquanto os anos iniciais do fundamental avançam, o ensino médio estagnou ou recuou, segundo o Ideb 2023. É uma geração em espera, sem direção, sem perspectiva, sem pertencimento. Um

ciclo que se inicia sem raízes e que termina sem propósito claro. Mais de 1,5 milhão de crianças e adolescentes estão fora da escola ou com defasagem idade-série. Em regiões mais vulneráveis, faltam livros, bibliotecas, internet e professores formados. A pandemia aprofundou o abismo social, e ainda não conseguimos recuperar os estudantes que ficaram pelo caminho. A educação segue como espelho das desigualdades brasileiras — e, muitas vezes, também como sua amplificadora.

A saúde mental e emocional dos educadores brasileiros entrou em colapso. Mais de 60% relatam sintomas de estresse crônico, segundo pesquisas recentes. Mas o problema não é só emocional, é estrutural. O professor está sobrecarregado, mal-apoiado, pressionado por metas e abandonado pelas políticas públicas. Faltam condições humanas de trabalho: tempo para planejar, turmas menores, apoio psicológico, infraestrutura básica. A inclusão é um ideal bonito no papel. É nobre, justa, necessária. A escola passou a acolher alunos com diferentes deficiências, transtornos e estilos de aprendizagem. Mas o que não se diz com a mesma força é que o professor não foi preparado para essa complexidade. Muitos estão sozinhos diante de situações que exigiram apoio multiprofissional, formação específica, tempo e estrutura. Na prática, o que vemos é uma inclusão proclamada nos documentos, mas desamparada na realidade.

Sem continuidade entre governos, com gestões fragmentadas e disputas ideológicas, o Brasil segue sem um plano educacional coeso e estratégico. Não há diretriz clara de longo prazo. Saltamos de programas paliativos, sem construir uma visão de país. Educação exige travessia e não improviso.

Trabalhadores da ciência sem direitos no Brasil



» VINICIUS SOARES
Doutorando de saúde coletiva da UFRJ e presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG)

Você aceitaria trabalhar entre dois e seis anos sem que esse tempo fosse contabilizado para sua aposentadoria? Essa é a realidade enfrentada por mais de 320 mil mestrandos e doutorandos em todo o Brasil.

Somos uma categoria híbrida — profissionais já formados que, ao mesmo tempo, seguem em processo de educação continuada. Dedicamos anos de nossas vidas impulsivamente o desenvolvimento nacional e oferecendo soluções para os problemas que impactam diariamente a sociedade brasileira. Apesar disso, sofremos um verdadeiro eclipse de direitos sociais, especialmente no que diz respeito à proteção trabalhista e previdenciária.

Para se ter uma ideia, enquanto a licença-maternidade é um direito garantido às trabalhadoras brasileiras desde a década de 1940, para as bolsistas pós-graduandas esse direito só foi conquistado em 2017. Outro exemplo é o fato de não termos o tempo dedicado à pesquisa reconhecido para efeitos de contribuição à Previdência Social.

Essa situação escancarou a grave omissão do Estado brasileiro em reconhecer a natureza laboral da produção científica e a necessidade de assegurar todos os direitos dela decorrentes. E não estamos falando de algo novo: a própria Constituição Federal, em seu artigo 218, determina que o Estado deve prover meios e condições especiais de trabalho para aqueles que se dedicam à pesquisa científica. Contudo, há quase quatro décadas, essa diretriz constitucional permanece apenas no papel.

Nossa reivindicação é simples e legítima: queremos que o tempo dedicado à ciência durante o período de mestrado e doutorado seja contabilizado para a aposentadoria. Não se trata de um pedido inédito ou inviável, até porque não pedimos nenhum favor — nossa proposta prevê contribuição, a partir das agências de fomento.

Existem precedentes: residentes em saúde — pós-graduandos da modalidade lato sensu — já têm seu período de residência reconhecido como tempo de atividade laboral para fins previdenciários. Militares contam tempo de serviço desde o ingresso nas escolas de formação. Alunos de escolas técnicas e aprendizes, até 1998, também puderam aproveitar esse período para a aposentadoria.

Por que, então, aqueles que sustentam 90% da produção científica nacional seguem desprotegidos? Essa pergunta precisa ser encarada com seriedade pelas autoridades públicas. Somos uma categoria estratégica para o presente e o futuro do Brasil. Dados mundiais comprovam: há forte correlação entre o número de doutores formados e o nível de crescimento e desenvolvimento econômico das nações.

Entretanto, a falta de reconhecimento de nossos direitos impacta diretamente na atratividade da carreira científica no país. Não é por acaso que, nos últimos anos, muitos programas de pós-graduação não têm conseguido preencher todas as suas vagas. Segundo dados do Observatório da Pós-Graduação, disponível na Plataforma Sucupira da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o número de novos doutorandos caiu de 31.500 em 2019 para cerca de 28.000 em 2023 — o menor patamar desde 2014.

A invisibilidade social dos pós-graduandos desestimula a formação de novos pesquisadores e aprofunda a preocupante perda de talentos, evidenciada tanto pela fuga de cérebros para o exterior quanto pela migração desses profissionais para áreas de menor densidade científica e tecnológica.

Se pensamos em valorização profissional, o que acontece com os pós-graduandos é uma verdadeira inversão de parâmetros. Mestrandos e doutorandos configuram uma mão de obra altamente especializada e em contínuo aprimoramento. No entanto, o rendimento médio do trabalhador brasileiro, apurado pela Pnad-Contínua em janeiro de 2025, foi de R\$ 3.343, enquanto a bolsa de mestrado é de apenas R\$ 2.100 e a de doutorado, R\$ 3.100. É aviltante, mas, no Brasil, a dedicação à ciência é quase uma punição do ponto de vista profissional.

Por isso, valorizar os pós-graduandos vai muito além do pagamento de bolsas de estudo. É preciso garantir uma cesta de direitos básicos que inclua seguridade social, condições dignas de trabalho e estímulos à permanência na carreira científica. Nesse sentido, assegurar o direito à previdência é um passo essencial nessa trajetória. Precisamos fazer esse debate e reconhecer os direitos dos trabalhadores da ciência brasileira.

Não se trata apenas de uma questão de justiça. É uma questão de projeto de nação. Um país que desvaloriza seus cientistas compromete seu próprio futuro.